



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

BALANÇO, RISCOS E PERSPECTIVAS

DEBATE E VOTAÇÃO



318 FAVOR
178 CONTRA
1 ABSTENÇÃO

Aprovada pelo Congresso Nacional em julho, a lei define as **prioridades de investimento do orçamento** da União.

O QUE FOI APROVADO?

Apesar da atuação da **Coalizão Direitos Valem Mais** e de outras organizações e redes da sociedade civil em aliança com diversos parlamentares, o **texto votado contempla pouquíssimas conquistas**.

1. PANDEMIA, PISO MÍNIMO EMERGENCIAL E RENDA BÁSICA

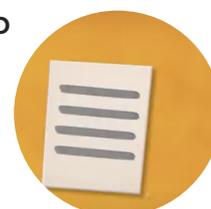
O QUE DEFENDEMOS



- Priorização de recursos para o enfrentamento da pandemia e retomada dos Planos Setoriais, que vêm sendo totalmente esvaziados pelo governo
- Piso Mínimo Emergencial para manutenção de serviços sociais nas áreas de saúde, assistência social, educação e segurança alimentar
- Criação de uma política de renda básica em 2022, determinada pelo Supremo Tribunal Federal

O QUE FOI APROVADO

- Continuidade do Programa Nacional de Imunização
- Reajuste para agentes comunitários de saúde
- Agenda para a Primeira Infância
- Ampliação da infraestrutura da rede oncológica
- Despesas do Programa Casa Verde e Amarela



2. DESPESAS PROTEGIDAS (RESSALVADAS)

O QUE DEFENDEMOS

- Exclusão de despesas militares
- Inclusão de investimentos nas áreas:
 - saúde
 - assistência social
 - educação
 - segurança alimentar e nutricional
 - agricultura familiar
 - políticas urbanas e de saneamento
 - proteção ambiental
 - direitos de crianças e adolescentes
 - direitos das mulheres
 - direitos da população negra
 - direitos dos povos indígenas
 - direitos da pop. LGBTQIA+
 - direitos de pessoas idosas
 - direitos das pessoas com deficiência
 - direitos da pop. em situação de rua
 - custeio de universidades públicas

O QUE FOI APROVADO

- Ampliação de despesas militares e de segurança pública
- Realização de Censo Demográfico pelo IBGE
- Fomento à implantação de escolas de ensino em tempo integral
- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária
- Universalização do acesso à internet (contrariando veto de Bolsonaro)

3. AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS FISCAIS NOS DIREITOS

O QUE DEFENDEMOS



- Avaliação de impacto em direitos humanos

Propostas que autorizem a redução de orçamento da União devem vir acompanhadas por uma avaliação de impacto nos direitos humanos, sobre os efeitos dos cortes de recursos na garantia da manutenção dos serviços públicos básicos e de políticas sociais e ambientais.
- Análise de riscos sociais e ambientais

Além dos riscos fiscais, que são os únicos atualmente considerados, estabelecer a exigência da análise de riscos sociais e ambientais decorrentes da não disponibilização de recursos suficientes para a manutenção das políticas públicas e garantia de direitos constitucionais.

O QUE FOI APROVADO

- Relatório Anual de Impacto

Até o dia 30 de abril de cada exercício de gestão, deve ser produzido um relatório anual que avalie o impacto dos programas destinados ao combate de desigualdades.



4. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA MUNICÍPIOS E ESTADOS

O QUE DEFENDEMOS



- Critérios de transparência e controle social para transferências de recursos para estados, municípios e distrito federal de forma que eventuais frustrações da arrecadação tributária não inviabilizem o financiamento dos serviços públicos essenciais
- Realização de repasses para municípios com baixo ou baixíssimo IDH
- Não exigência de contrapartida financeira para transferências de recursos:
 - no âmbito do SUS
 - de municípios com nível de IDH baixo ou muito baixo
 - para os programas na área de educação, assistência social e de segurança alimentar e nutricional

O QUE FOI APROVADO

- “Pix Orçamentário”

Realização de nova modalidade de transferência direta de recursos a estados e municípios sem transparência pública e sem controle sobre os valores repassados.



- Municípios pequenos

Recebimento de transferência por municípios com até 50 mil habitantes mesmo que haja inadimplência em cadastros ou sistemas de formações financeiras, contábeis e fiscais.

5. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E TRANSPARÊNCIA

O QUE DEFENDEMOS

- Definição de cronograma público de tramitação
- Realização de audiências com escuta de diferentes setores
- Garantia de mecanismos ativos de participação da sociedade civil no processo orçamentário

O QUE ACONTECEU: TRATORAGEM ABSURDA

- Tramitação aligeirada, sem audiências públicas e sem qualquer forma de escuta da sociedade civil

RISCOS E AMEAÇAS



AUMENTO DO FUNDO PARTIDÁRIO

Valor foi quase triplicado, subindo de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões.



ORÇAMENTO SECRETO

Manutenção de emendas "RP 9", que são distribuídas de forma desigual conforme a vontade política do governo, que determina quanto cada parlamentar terá direito. A prática já foi definida como inconstitucional pelo Tribunal de Contas da União.



NEGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA

A LDO aprovada desconsidera que o país atravessa a maior crise humanitária das últimas décadas, com o aumento acelerado da fome, da miséria e do desemprego.

PRÓXIMOS PASSOS

1

A LDO deve ser sancionada pelo Executivo em até 15 dias úteis.

2

O Executivo deve enviar um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) até 31 de agosto.

3

A Comissão Mista de Orçamento deve analisar a PLOA, apresentar emendas e fechar um substitutivo.

Enquanto a LDO define as grandes diretrizes do Orçamento, a Lei Orçamentária Anual vai detalhar os recursos investidos. Será outra batalha para a sociedade civil comprometida com a luta em defesa dos direitos constitucionais e contra a destruição do país.

E AGORA?

VIGILÂNCIA E PRESSÃO

PARA QUE A TRAMITAÇÃO DA LOA 2022 GARANTA

- Condições de participação da sociedade civil
- Aumento dos recursos destinados às políticas sociais e ambientais
- Concretização do Piso Emergencial
- Implementação do programa de renda básica
- Diminuição de gastos militares e de outras políticas destinadas a priorizar os grandes grupos econômicos e a elites.



Coalizão

DIREITOS VALEM MAIS
direitosvalemmais.org.br